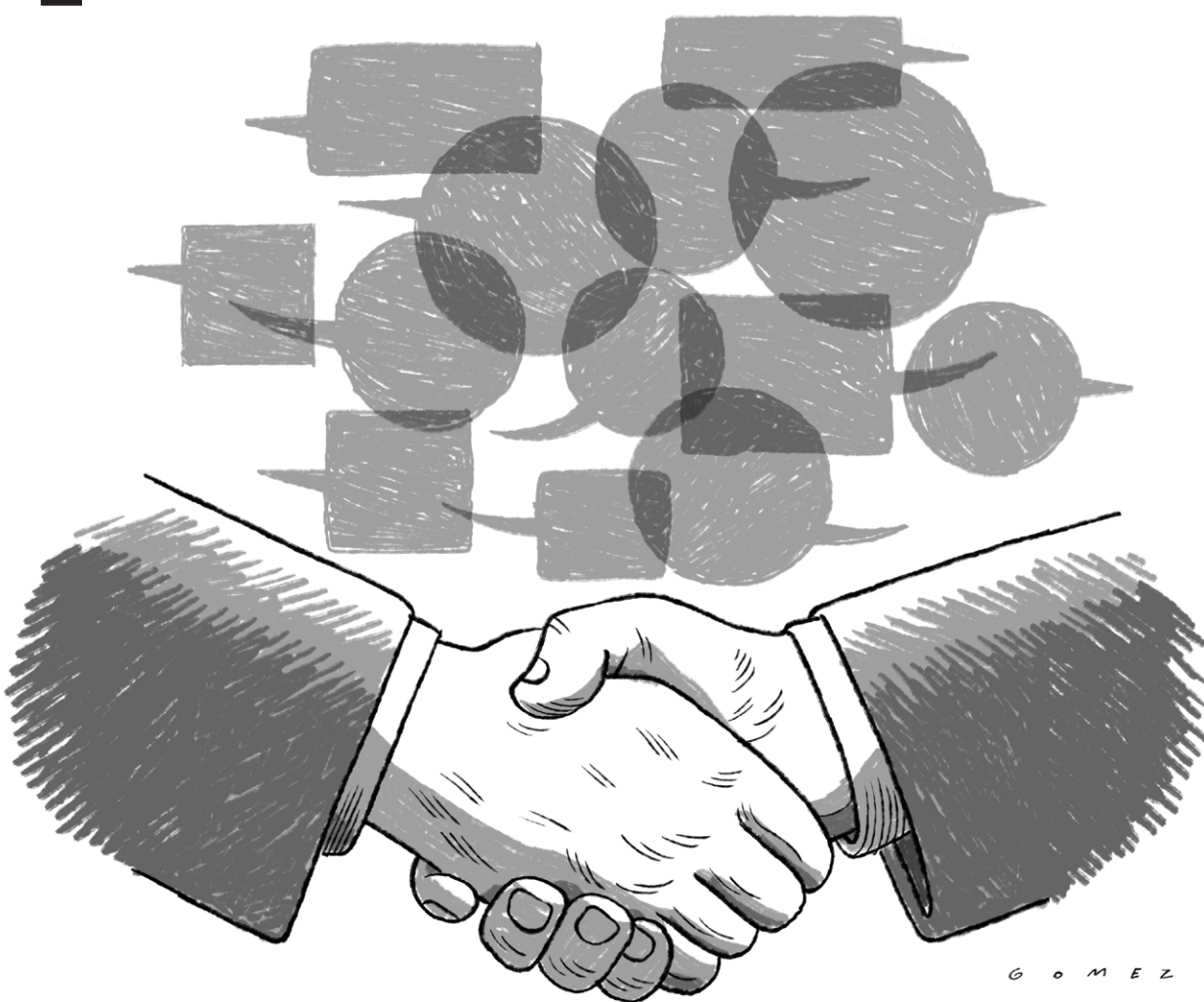


A conciliação na política brasileira



» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

Interessante e inteligente a sequência de visitas que o presidente Lula fez aos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Todos eles são governados por expoentes da oposição ao governo. O presidente da República percebeu que o momento é de conciliar, e trabalhar junto com outros personagens fora de seu circuito partidário, para poder propor projetos e avançar na conquista de territórios políticos. A eleição municipal é a antessala da eleição presidencial. É da tradição brasileira a conciliação que vem desde o Império. Quem rompe com esse círculo costuma pagar preço elevado.

O presidente Lula fez questão de se deixar fotografar abraçado a Tarcísio de Freitas, governador de São Paulo, o mais destacado aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro, talvez candidato à reeleição em São Paulo ou numa jogada mais ousada à Presidência da República. O presidente assinou documento que libera verbas federais para construção do túnel Santos-Guarujá, que também deverá receber dinheiro do estado de São Paulo. E colocou-se publicamente à disposição do governador paulista. Ele prega a conciliação e o respeito democrático que permita a convivência dos antagonísticos no mesmo espaço político.

No Rio de Janeiro, inaugurou obras ao lado do governador, bolsonarista de carteirinha, e recebeu afagos do prefeito da cidade. Ainda teve tempo para se encontrar com sambistas e participar um pouco da permanente festa carioca. Em Minas, subiu no palanque com Romeu Zema, candidato declarado à Presidência da República. Fechado esse périplo, ele fará o que mais gosta: viajar

para o exterior, especificamente para a África, onde o Brasil disputa a hegemonia com a China nos países de língua portuguesa. Não há possibilidade de confrontar os asiáticos no comércio e na indústria, mas brasileiros podem avançar nos sistemas de produção agrícola. É uma presença importante.

O exemplo maior de conciliação foi Getúlio Vargas, que soube conviver com os contrários até liquidá-los. O presidente Juscelino Kubitschek conseguiu atingir suas metas de governo e a meta-síntese, que era a construção de Brasília, dividindo os adversários. Entregou a Virgílio Távora, cearense, membro da UDN, partido de oposição, um lugar no Conselho Administrativo da Novacap. Enfrentou rebeliões de militares da FAB, que protestaram contra sua eleição e se refugiaram em Jacareacanga e Aragarças, naquela época cidades quase inalcançáveis por serem isoladas no meio da mata. JK negociou com os rebeldes e acabou com a sedição. Posteriormente, anistiou os rebeldes. Todos desapareceram na história.

Os militares que estiveram ao lado do ex-presidente Bolsonaro, na tentativa de golpe de Estado, estão, agora, sentindo os rigores da lei. Eles tiveram todos os meios à sua disposição para fechar o Supremo Tribunal Federal (STF), prender opositoristas e instalar um governo forte no país. Não conseguiram por incompetência e porque não tiveram o apoio do comando das Forças Armadas nem da população. Não souberam nem fazer uma campanha política eficiente. Perderam no golpe e na eleição. Estão na incômoda posição de se explicar nos inquéritos abertos pela Polícia

Federal. Um vexame que militares de alta patente tenham tramado contra as instituições democráticas de seu país. Tentaram colocar o Exército contra o povo e dividir o país para iniciar um período de profundas incertezas econômicas e políticas.

Outro exemplo relevante é o do senador Sérgio Moro, que combateu a corrupção na Petrobras de maneira aberta e incisiva. Não perdoou ninguém, usou e, talvez, abusou de seus poderes para atingir objetivos. Prendeu aos montes, inclusive o então ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Muita gente confessou e admitiu ter desviado dinheiro público em números astronômicos, bilhões de dólares. Todos, no entanto, foram inocentados. As multas estão sendo desconsideradas. Tudo, lentamente, retornou ao status quo de antes. E Moro está às vésperas de ir para a guilhotina política.

É difícil fazer política no Brasil, porque há uma mão invisível que controla aventureiros ou líderes libertários que pretendem modernizar o país rapidamente. Há muitas conexões entre o poder e o dinheiro, muitos escaninhos por onde transitam interesses de todos os tipos. O atual Congresso Nacional já não se preocupa tanto em esconder suas mazelas. O jogo está mais aberto. Lula tem razão. Depois de se acertar com Arthur Lira, ele vai misturar o bolo partidário para ser de novo candidato à Presidência da República, mesmo que tenha que sacrificar seu partido. A evidência maior é o retorno de Marta Suplicy, crítica feroz do PT, à legenda. Ela veio porque Lula a convidou e abriu o espaço para sua volta gloriosa. A direção do partido engoliu o sapo em silêncio obsequioso.

Guerra eleitoral virtual

» VICENTE FALEIROS
Professor e especialista em gerontologia pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG)

» BENNY SCHVARSBERG
Graduado em arquitetura e urbanismo pela Universidade Federal Fluminense, mestre em planejamento urbano e regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutor em sociologia pela Universidade de Brasília

Este ano promete seguir com a conflituosidade política nas redes sociais brasileiras. A polarização das eleições de 2022 vai permanecer no debate das eleições municipais. A mídia destaca candidaturas opostas nas principais capitais e em várias grandes cidades: são apresentados bolsonaristas contra lulistas em uma cristalização de posições. A sedimentação dos eleitores em seus campos é percebida como guerra de inimigos sem trégua e sem diálogo. Nos Estados Unidos (EUA), a estratégia política para as eleições presidenciais é a de destruir o inimigo a qualquer custo, mesmo com uso de mentiras ou fake news. A estratégia do vale-tudo desmonta adversários contando com financiamento de elevados recursos financeiros, tecnológicos e de grupos organizados para o ódio. Essa estratégia de mentiras e de vale-tudo utiliza-se da inversão de papéis com a transformação do agressor em vítima, e vice-versa. O ex-presidente utilizava comumente a facada em Juiz de Fora e hospitalizações para fazer-se de vítima e angariar compaixão. Alia-se a inteligência emocional com a inteligência artificial com a organização de um gabinete do ódio chamado na Wikipédia de "milícia virtual", com propagação de perfis falsos e divulgação de fake news.

Associou-se Lula ao PCC como criminoso, e Dilma, à corrupção também na mídia tradicional, divulgando-se imagens criminalizadoras, como no episódio do sequestro de Abílio Diniz em que sequestradores foram "vestidos" de camisetas petistas, nas imagens do falso propinoduto da Petrobras e com bonecos de Lula vestido de presidente. Nas eleições de 2024, a estratégia de mentiras e manipulação do imaginário será reequilibrada com tendência dupla: destruir a imagem do adversário e tornar candidaturas conservadoras como vítimas.

Em janeiro, circulava na mídia social (WhatsApp e TikTok) que Bolsonaro seria preso e um exército de mais de 4 mil homens iria defendê-lo em uma suposta insurreição. Esse discurso de que o ex-presidente foi injustiçado está também presente na narrativa sobre a tentativa de golpe de Estado em 8/1/2023. Na guerra de narrativas na CPI do 8 de janeiro na CLDF, houve falas não comprovadas sobre infiltração de petistas insulfando os vândalos, e falsamente apresentados como manifestantes patriotas espontâneos. Esconder e escamotear desloca o foco da narrativa e faz aparecer a desinformação como informação correta.

Inúmeras desinformações e acusações de corrupção, após causarem desgaste de imagem, foram desmontadas pela Justiça, vide absolvições de Lula, Vaccari, Delúbio e Dilma. Por sua vez, os indícios e as notícias de corrupção envolvendo o governo anterior, como rachadinhas e compra de imóveis com pagamento em espécie não são criminalizadas na informação. A exigência de pagamento de impostos por cidadãos líderes religiosos é apresentada como ataque e vitimização, não como equidade tributária.

A vitimização tem como um dos efeitos o desvio da informação sobre condutas inadequadas e irresponsabilidades do ex-presidente, camuflando fatos, exaltando falsas conquistas, transformando bravatas em bravuras como aconteceu no negacionismo relativo ao enfrentamento da pandemia da covid-19.

A cristalização ou sedimentação da falsa informação contribui para alimentar o ódio a candidaturas. A sedimentação do ódio, paradoxalmente, tem apoio de grupos religiosos, na sua maioria de pastores evangélicos. A combinação de ódio e religião com mentiras favorece a vitimização e a apresentação da extrem-direita violenta como injustiçada.

A divulgação de mentiras tem forte apelo emocional, apresentando-se com uma falsa informação como se fosse uma pessoa próxima, conhecida, aparentemente informada e com credibilidade. Inicia-se a mensagem com "recebi de um amigo médico ou jornalista a notícia de que haverá tal acontecimento", focando-se na insuspeição do suposto informante mais que no conteúdo. A voz de quem informa aparece ora suave, ora alarmante e agressiva, sem possibilidade de argumentação e sem fonte indicada.

É necessário cada vez mais identificar o informante e a fonte da divulgação, com a visão crítica de que aparecerão diuturnamente notícias duvidosas, como o ex-presidente vitimado por injustiças ou de mobilização de revoltas. A desregulamentação das redes sociais a título de "liberdade de expressão", a lógica escalar do algoritmo, a mercantilização e monetização massiva das informações atualizam no século 21 o caldo de cultura em que viceja no "ovo da serpente" embutido na mentira.

Percepções globais sobre ciência e sociedade

» MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES
Pesquisador da Embrapa Agroenergia

Em um mundo impulsionado por rápidos avanços tecnológicos e transformações sociais profundas, a confiança na ciência emerge como o alicerce essencial para a estabilidade e progresso da sociedade contemporânea. Em um cenário onde a busca pelo conhecimento está intrinsecamente ligada aos desafios enfrentados pelo mundo, a renomada empresa global de comunicações Edelman conduziu uma pesquisa abrangente que lançou luz sobre as percepções da sociedade em relação à ciência.

Com uma abrangência que atingiu 32 mil respondentes em 28 países, incluindo o Brasil, a pesquisa — publicada em janeiro de 2024 — avaliou a confiança na ciência para moldar percepções sobre inovações e influenciar a capacidade da sociedade em lidar com desafios complexos. Os dados revelam que 74% dos entrevistados expressam confiança na capacidade dos cientistas de comunicar a verdade sobre avanços científicos e tecnológicos.

No entanto, aproximadamente 53% dos entrevistados afirmaram acreditar que a interferência política frequentemente coloca em risco a integridade e a autonomia do processo científico. Esse é um sinal de alerta importante, pois a capacidade da sociedade de enfrentar crises, como mudanças climáticas, pandemias e rupturas tecnológicas ocorrendo em prazos cada vez mais curtos, está diretamente ligada à confiança depositada na ciência.

A análise dos resultados também revela preocupações quanto à confiança pública na capacidade dos governos de regular inovações emergentes. Em 26 dos 28 países, os entrevistados indicam que os formuladores de políticas carecem da compreensão necessária das novas tecnologias para regulamentá-las efetivamente. Essa limitação pode comprometer aspectos éticos e de segurança

das inovações que moldarão o nosso futuro.

A respeitada revista científica *Nature* repercutiu, em seu editorial de 1º de fevereiro de 2024, os resultados da pesquisa Edelman, destacando a importância vital da confiança da sociedade na ciência. O editorial sugere que os cientistas explorem essa confiança para influenciar políticas públicas embasadas em evidências e aponta para um desafio adicional: a necessidade de maior envolvimento das ciências sociais, como economia, ética e sociologia, na tomada de decisões baseadas em evidências geradas pela ciência.

Integrar mais especialistas nessas áreas amplia as possibilidades de obter insights valiosos frente a desafios multifacetados e complexos, cada vez mais comuns no panorama global. No entanto, a interdisciplinaridade, que tem o poder de expandir a visão dos cientistas sobre as implicações sociais, econômicas e éticas das inovações, esbarra em uma realidade preocupante: muitas instituições e cientistas permanecem enclausurados em silos disciplinares, o que limita sua capacidade de questionar o status quo e resistir a interferências que comprometem a integridade do processo científico.

O Relatório de Riscos Globais 2024, lançado no Fórum Econômico Mundial em Davos, destaca que em um mundo fragmentado e desafiado por crescentes incertezas, a ciência pode se tornar presa fácil para interesses pouco comprometidos com a busca de um futuro sustentável. O documento ressalta que a fragmentação global pode fragilizar a pesquisa científica, com atores importantes rejeitando a cooperação internacional e a troca de conhecimento para salvaguardar avanços tecnológicos.

O relatório também destaca que a falta de recursos financeiros e políticas públicas adequadas pode impedir que avanços científicos sejam

traduzidos em impacto real para a sociedade. Essa carência pode limitar a capacidade dos países de transformarem o conhecimento em ações concretas que beneficiem a sociedade. Tais cenários podem comprometer a integridade e a autonomia da ciência, tornando-a mais vulnerável a interferências pouco comprometidas com a busca de um futuro sustentável.

Tais vulnerabilidades servem como um chamado à ação para governos, empresas, sociedade civil e academia. Os cientistas e as instituições científicas precisam, mais do que nunca, se sentir responsáveis pela compreensão e mitigação desses riscos, especialmente diante de uma realidade global marcada por incertezas econômicas, geopolíticas e sociais, bem como pela aceleração de rupturas tecnológicas.

Não há como ignorar a lacuna entre as soluções propostas pela política e pelos negócios e a complexidade de promover o desenvolvimento sustentável em um mundo multifacetado e populoso. Com uma projeção para 8,5 bilhões de habitantes até 2030, a necessidade de investimentos persistentes em ciência e sistemas de conhecimento multidimensionais torna-se premente. Esses investimentos não só impulsionarão a integração de saberes, mas também sustentarão mudanças transformadoras nas dimensões econômica, social, política e tecnológica.

A confiança na ciência não se resume apenas a reconhecer a veracidade das descobertas científicas, mas também a compreender a complexidade de sua aplicação na sociedade. Por isso, é essencial que cientistas, governos e sociedade estreitem laços, superando o reducionismo e a simplificação da realidade, para juntos construírem um futuro onde a ciência seja verdadeiramente uma força catalisadora para o bem-estar global.